

O CONTRIBUTO DO ESPÓLIO DO GEAEM¹ PARA A COMPREENSÃO DOS EDIFÍCIOS JESUÍTAS PORTUGUESES

Inês Gato de Pinho

CLEPUL/UL

inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt

RESUMO

Os projectos relativos a construções jesuítas concebidos e desenhados no período máximo de 60 anos após a expulsão da Companhia de Jesus, que se encontram à guarda do GEAEM – DIE, apresentam não só proposta de reutilização do espaço, como levantamentos do edificado existente e distribuição funcional. A representação facilita o entendimento da evolução arquitectónica, uma vez que são demarcados os elementos a edificar ou demolir, permitindo identificar os elementos construtivos que pertenciam à edificação original.

Não sendo estes processos os projectos originais da C.J., e apesar dos edifícios já estarem a ser representados após terem sido afectados por desastres naturais ou alterados para ocupações posteriores, as peças desenhadas mostram o que foi efectivamente construído, e não apenas um projecto de intenções, fazendo deste espólio um importante contributo para a compreensão da arquitectura dos colégios jesuítas portugueses.

Palavras-chave: Projecto, Colégio, Companhia de Jesus.

ABSTRACT

Designed in a maximum period of 60 years after the expulsion of the Society of Jesus (SJ), the projects which are in the custody of GEAEM – DIE, are not only rehabilitation proposals, but surveys of the existing building and functional distribution. The representation facilitates the understanding of the architectural evolution, since they are marked architectural elements to build or demolish, allowing identify constructive elements that belonged to the original building.

Although being not the original projects of SJ, and the buildings are already represented after being hit by natural disasters or changed for subsequent occupations, the drawings show what was actually built, and not just draft intentions, making this estate a significant contribution to understanding the architecture of the Portuguese Jesuit colleges.

Keywords: Project, college, Society of Jesus

A Companhia de Jesus (CJ) foi fundada no século XVI por Inácio de Loyola como uma instituição religiosa de contra-reforma, no interior da própria igreja católica. Fundaram casas professoras, noviciados, quintas, missões e colégios que se espalharam por todo o mundo, organizadas dentro de um bem estruturado sistema de assistências que obedeciam à casa mãe de Roma. Concebidos de forma a responderem a programas muito particulares, os edifícios inicianos constituíam complexos de dimensão considerável, geradores de dinâmicas na malha urbana, tornando-se marcos fundamentais nos respectivos territórios. A Carta Régia de 3 de Setembro de 1759, que determinou a expulsão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal e respectivos Domínios Ultramarinos, representa um ponto de viragem formal para a maioria dos edifícios inicianos do território nacional. Na época em que os edifícios jesuítas ficaram devolutos, a reutilização de edifícios era, na maioria das vezes, intrusiva e irreversível, enquadrando-se num período de ausência de regulamentação ou reflexão sobre a necessidade de preservação do edificado existente. Efectivamente, várias foram as adaptações feitas a este tipo de edifícios e, após a extinção das ordens religiosas (1834), as casas regulares das restantes ordens engrossaram o parque edificado religioso que foi alvo de uma reutilização desenfreada e desregrada. A casa de Deus e dos seus seguidores assumiu funções díspares – militares, assistenciais, educativas, culturais, recreativas, industriais, etc. - sofrendo transformações irreversíveis que, em casos extremos, conduziram à perda total do entendimento formal do edificado.

¹ Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

A pouca documentação gráfica que ainda subsiste (algumas plantas, cortes e perspectivas), relativa aos projectos originais das fundações jesuítas portuguesas, permite-nos vislumbrar a distribuição espacial das várias zonas, entender as vivências associadas e apreciar alguns aspectos estilísticos. No entanto, são em pequeno número, não havendo registo gráfico original da grande maioria dos edifícios da CJ em Portugal. Para além disso, e atendendo às transformações que os edifícios sofreram ao longo dos séculos, não podemos, em alguns casos, assegurar por comparação formal se esses projectos foram realmente concretizados ou se não passaram de meras intenções.

Para entender a maioria dos edifícios, temos que recorrer à leitura de documentos escritos e à análise arquitectónica, numa tentativa de recriação visual da construção original. Se isto é fácil em fundações que tenham sido pouco adulteradas, nas que sofreram alterações devidas a desastres naturais ou adaptações drásticas a novas funções a tarefa torna-se mais árdua. Estas reabilitações e transformações desregradas são normalmente um entrave à investigação. Representam inequivocamente pontos de ruptura e de perdas formais/estilísticas de um período de ocupação específico, mas na nossa opinião e com o que pretendemos mostrar no presente ensaio, podem ser, um bom auxiliar para a compreensão da forma e função anteriores do edifício, e da preservação da sua memória. E isso acontece quando analisamos os projectos concebidos para a nova utilização. Projectos que mostram o que se pretende construir e o que subsiste da anterior ocupação. O que realmente existiu, o que realmente foi usado pelos jesuítas, o projecto que foi realmente concretizado. E esse projecto de adaptação, apesar de muitas vezes graficamente mais confuso e menos “artístico” que os projectos originais riscados pelos arquitectos contratados pela CJ, é para a nossa investigação mais valioso, por demonstrar a realidade formal da arquitectura e do programa funcional do colégio inaciano português.

Se a destruição formal, da mais simples à mais intrusiva, é um factor comum a quase todos os casos de transformação operados nestes edifícios, raros são os casos em que se verifica a existência de um projecto, com as suas peças desenhadas e memória descritiva. Efectivamente, das obras de adaptação feitas no período da expulsão, poucos são os testemunhos documentais encontrados. Obviamente que muita documentação se perdeu com o passar dos séculos, mas dos fundos que temos consultado, os documentos gráficos mais expressivos, são os que pertencem a fundos do Estado/Reino. É o caso do espólio que se encontra à guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM), órgão da Direcção de Infra-estruturas do Exército (DIE), no antigo Palácio dos Condes de Avintes e Marqueses do Lavradio, em Lisboa: “O vasto e valioso património constituído por documentos, livros, cartografia e fotografia produzida, utilizada e resultante das actividades dos engenheiros militares, desde que a Engenharia Militar Portuguesa, no século XVII, se autonomizou como escola distinta da restante engenharia europeia”. (BERGER, MATEUS, 2013, p. 43). A função dos engenheiros militares não se resumia a assuntos de guerra ou de defesa. Efectivamente, eram os responsáveis pelo planeamento do território, dedicando-se também ao projecto de um grande conjunto de infra-estruturas e de edifícios directamente relacionados com o interesse nacional. É no séc. XVII que a Engenharia Militar nasce institucionalmente:

O Cosmógrafo-Mor e Mestre da Arte de Marear, Luís Serrão Pimentel, é nomeado Lente da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar criada por decreto de 13 de Julho de 1647. Em 1673, (...) é nomeado Engenheiro-Mor. Em 1787, foi criado o quadro de Oficiais, designado por Corpo de Engenheiros e em 1796 foi publicado o Regulamento Provisional do Real Corpo de Engenheiros. Em 1801 foi criado o Arquivo Militar que constitui o primeiro órgão formal e do qual a actual DIE é sucessora².

A documentação existente na actual DIE, pertencia ao Real Arquivo Militar, ao Real Corpo de Engenheiros e a outros organismos relacionados com a engenharia militar. A consulta a este importante espólio permitiu-nos encontrar vários projectos relativos a edifícios jesuítas, dos quais se destacam as peças relativas aos colégios jesuítas de Beja, Gouveia e Faro.

² www.exercito.pt/sites/DIE/Historial/Paginas/default.aspx. Consultado em 19.05.2014

Colégio de Beja

Os desenhos que representam o edifício do extinto colégio de Beja [Fig. 1, 2 e 3] foram traçados por Augusto du Fay, Coronel de Infantaria do Exército, em 1806. O objectivo consistiu em estudar a instalação de um regimento de infantaria e conforme descrito no título dos desenhos, “com notável economia para a Real Fazenda”. O projecto assinala a instalação do quartel nas zonas representadas a amarelo, ficando as zonas representadas a roxo destinadas à residência do Bispo de Beja. Na legenda podemos ler: “No caso de não querer Sua Alteza Real que se perdessem os gastos já feitos para a Igreja, nem mesmo que se tirasse a residência do Senhor Bispo, mas só sim destinar lhe o que precisar para a sua assistência, e atribuir para os quartéis todo o resto das cazas e edifícios do Collegio”. Efectivamente, antes da ocupação militar, o colégio já era utilizado como residência episcopal, conforme podemos ler na legenda da base do desenho: “Cazas chamadas do Collegio; forão do Padres da Companhia que as aedificarão: e depois assistirão n’estas imensas Aedes, por Concessão Regia, os dois primeiros Reverendos Bispos da renovada See de Beja”.

A leitura dos desenhos e respectivas legendas dão-nos ainda conta de outros pormenores importantes para a história do colégio jesuíta: a igreja não foi concluída – “igreja principiada, mas não acabada” - e tinha coro (algo que não era aprovado por Inácio de Loyola); estão identificados os locais exactos dos alicerces da igreja e do colégio; são assinaladas as casas e terrenos adquiridos pela Companhia de Jesus.

Colégio de Gouveia

Os desenhos que representam o edifício do extinto colégio de Gouveia [Fig. 4, 5, 6, 7 e 8], foram riscados por José Feliciano Farinha, em 1816 e atestam que após a expulsão da CJ o mesmo foi ocupado por uma comunidade religiosa feminina, tomando a designação de Convento de Nossa Senhora do Loreto. O projecto refere-se à readaptação do já adaptado espaço a um quartel de caçadores e é composto por dez peças desenhadas - cinco relativas ao levantamento e descrição dos espaços conventuais (incluindo um alçado) e outras cinco relativas à nova proposta (incluindo um corte). O conjunto parece estar incompleto, uma vez que não existem as representações de todos os cortes assinalados em planta e não existe legenda.

Apesar de não elencar os espaços afectos à utilização jesuíta, mas a uma congregação religiosa feminina, podemos especular que conserva a estrutura formal do extinto colégio. Para além disso, e como dado que consideramos de maior relevância, cremos ter encontrado a representação mais antiga do alçado do edifício, em que a frontaria da igreja se apresenta francamente mais alta e imponente do que actualmente, ladeada por duas torres sineiras.

Colégio de Faro

Os desenhos que representam o edifício do extinto colégio de Faro [Fig. 9, 10, 11 e 12] foram traçados por José Carlos Mardel. Julgamos que se trata de um dos filhos de Carlos Mardel, também ele engenheiro militar.³ A acreditar que se trata do mesmo, podemos considerar que a data de produção do desenho se baliza entre 1762 e 1817. Desconhece-se o objectivo deste conjunto de desenhos, uma vez que não tem memória descritiva associada, nem é referido em nenhum desenho a finalidade do estudo, parecendo tratar-se apenas de um levantamento do existente. Relativamente ao conteúdo, são representados a cerca e os diferentes pisos que constituíam o edifício, acompanhados por uma legenda alusiva às funções dos diversos espaços da vivência jesuíta. É ainda de salientar o registo do estado de conservação, referindo-se o estado de ruína de certas zonas.

³ Segundo Sousa Viterbo, do casamento de Carlos Mardel com D. Ana Inácia terão nascido 4 filhos, dos quais apenas um terá seguido a mesma linha de actuação: “José Carlos Mardel seguiu a mesma carreira do pae, sendo nomeado Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro por Carta patente de 18 de março de 1762. Foi promovido a capitão em 1766 e faleceu no posto de brigadeiro reformado (...) em 1817.” (Viterbo, 1908, p. 55).

O caso do colégio de Faro

A descoberta das plantas dos pisos do edifício inaciano (que julgamos inéditas), que se vêm juntar à já publicada "Planta da cerca pertencente ao edefício que servio de Collegio dos Jesuitas na cidade de Faro" (PAULA, PAULA, 1993, p. 77), representa uma grande mais-valia para a nossa investigação, uma vez que conseguimos compreender o programa espacial do edifício e tirar algumas ilações relativas a aspectos formais do antigo colégio de Santiago Maior. Sendo impossível, no âmbito deste simpósio, estudar todos os projectos encontrados, elegemos o caso do colégio de Faro, por ser o único que se reporta directamente à descrição das funções jesuítas.

Francisco Rodrigues (1938)⁴, aponta a fundação inaciana de Faro como algo há muito desejado pelo povo da cidade e Reino do Algarve. De acordo com o autor, desde 1551 que os pedidos episcopais haviam começado, solicitando a fundação de uma casa da CJ no território algarvio. Aos pedidos insistentes do prelado juntaram-se, em 1587, as missivas da Câmara de Faro e dos mareantes, dirigidas não só ao Padre Geral da CJ, mas também ao próprio Rei D. Filipe, solicitando-lhe, para além da autorização, que fosse também o fundador da nova instituição. Apesar das tentativas, só no final do mesmo século as intenções foram satisfeitas, mas não totalmente. O patrocínio para a fundação não terá sido régio, mas sim do Bispo do Algarve D. Fernão de Mascarenhas, e a autorização foi emitida para a edificação de uma casa professa e não de um colégio.

Conseguindo reunir avultadas somas de dinheiro para assegurar a instalação, preparar a obra e dotar perpetuamente a casa de rendimentos, D. Fernão de Mascarenhas conseguiu que os inacianos se fixassem permanentemente em Faro. O padre Franco, outro importante cronista da CJ, refere que existiram movimentos de oposição ao objectivo do prelado, acusando a CJ de manipulação e de interesses económicos. Os opositores, conscientes porém que seria difícil impedir a sua presença, resolveram dificultar a fundação de um colégio, por auferir de rendas, e apoiar a instalação de uma casa professa, destinada apenas à função de residência da comunidade religiosa, e que não poderia usufruir dos ditos rendimentos. Em Abril de 1597, na Congregação Provincial, os próprios padres solicitavam ao Geral que aprovasse a instituição da Casa Professa de Faro e não de um estabelecimento educativo. Com o pedido deferido pela CJ, D. Fernão de Mascarenhas tratou de aprontar as instalações para receber os primeiros religiosos, localizadas nas casas deixadas em testamento a 22 de Janeiro de 1597, por Diogo Lopes, Deão da Sé de Faro.

Eram umas casas amplas com vista alegre e espaçosa para o mar, para os campos e para a cidade, e com uma horta de boa fertilidade no mesmo sítio, em que pouco mais tarde se havia de edificar o colégio. (...) não ostentavam elas mais que as paredes erguidas ao alto e denegridas pelo incêndio que destruíra a cidade de Faro no assalto da armada inglesa em 1596. Mas o Bispo D. Fernão Martins, sem que as despesas o amesquinhassem, resolveu-se a restaurá-las, e as dispôs e aprontou, com igreja que também construiu, para estância dos religiosos. (FRANCO, 1596, nº14; 1559, nº34 e 35; RODRIGUES, 1938, p. 132). A este domicílio, assim preparado, se vieram os padres habitadores (...) a 26 de Setembro de 1599. (RODRIGUES, 1938, p. 132)

Por mais recursos financeiros e mão-de-obra que o Bispo de Faro pudesse dispor, não seria nos dois anos que medeiam a autorização concedida pelo Geral da CJ (1597) e a entrada dos primeiros habitantes da casa professa (1599) que o edifício onde mais tarde viria a funcionar o colégio de Santiago Maior teria sido construído. Como instituição religiosa de reconhecido sentido prático, era comum que no início de uma fundação os residentes se instalassem em casas junto ao futuro edifício (muitas vezes em casas alugadas)

⁴ Autor da obra "História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal", foi um dos principais cronistas da CJ, relatando os factos através da análise de documentos de anteriores cronistas (como é o caso do padre Franco e da sua importante obra *Synopsis Annalium Societatis Jesu In Lusitania Ab Anno 1540 usque ad Annum 1725*), e dos documentos originais da CJ (cartas anuas, visitasões, missivas, actas de congregações e catálogos), preservadas no *Archivum Historicum Societatis Iesu* (Roma) e que conserva a documentação referente a todas as Assistências inacianas.

e pregassem a palavra de Deus em igrejas locais. De resto, muito habituados à itinerância das missões populares no sul do país, as condições apresentadas pelo fundador eram de excelência.

Desconhecemos se as casas incendiadas que pertenceram ao Deão da Sé terão sido aproveitadas e “absorvidas” pelo edifício actual, uma vez que não conhecemos o projecto original, mas não nos restam grandes dúvidas de que se trata do mesmo terreno. A “Planta da cerca pertencente ao edifício que serviu de collegio dos jesuítas na cidade de Faro” [fig.9] atesta o que os cronistas referem relativamente à fertilidade do solo. É representada uma grande zona de cultivo de cereais - “Terras de Pam”- e outra de horta, com as respectivas infra-estruturas de apoio: “Caza do ortelão”, nora e tanque. A captação de água seria muito provavelmente feita através de um poço onde seria aplicada a nora. A proximidade a uma linha de água, hoje imperceptível na cidade, mas esquematizada na figura 13, referente à representação hipotética de Faro no século XVII (PAULA, PAULA, 1993, p. 75), é atestada pela presença de um canal coberto por cinco pontes que delimita as zonas Norte e Oeste da cerca. De forma paralela a este canal, dispunha-se a via de comunicação terrestre que ligava Faro a Olhão, localizando o edifício junto a um dos principais percursos de acesso à principal vila do Algarve.

... implantou-se a norte, numa parte alta, com a sua imponente fachada virada para a cidade que se formava fora do primitivo núcleo de muralhas, fechando-a a nascente com a sua enorme cerca. A grande massa volumétrica deste edifício, intencionalmente realçada pelas características da sua localização topográfica e urbanística, torna-o no elemento de maior destaque no perfil da cidade, em contraponto com a Sé Episcopal situada na Vila-Adentro. (MARADO, 2006, p. 33)

A situação alta, permitia ao edifício funcionar como *landmark*, demarcando a posição dominante da Companhia de Jesus no território (como era comum nas edificações dos jesuítas). Por outro lado, permitia aos seus utilizadores o usufruto de um edifício com uma arquitectura particularmente bem sustentada do ponto de vista do conforto e da salubridade, por beneficiar e tirar partido dos recursos naturais (ventos, exposição solar), preocupações fundamentais demonstradas por Inácio de Loyola relativamente às casas da CJ. Todas estas razões nos levam a crer que a escolha do local para a implantação não terá sido arbitrária, reunindo uma série de factores comuns a outras fundações inicianas na Assistência Lusitana.

No que se refere à análise das restantes plantas que compõe o conjunto assinado por José Carlos Mardel, apesar de retratarem o edifício numa fase posterior à expulsão da CJ, descrevem a função de cada espaço, dando-nos pistas importantes relativamente à vivência e organização do edifício, ajudando a entender os programas e espacialidades dos colégios jesuítas de menor dimensão.

No piso inferior semienterrado [Fig. 10] concentram-se as funções domésticas da comunidade, relacionadas com a alimentação: “Cozinha”, “Refeitório”, “Dispensa” e “Caza do lavatório”. Compreensivelmente próximas, a cozinha e a despensa, situam-se estrategicamente junto ao acesso exterior da cerca, denominado “Porta do Carro”. A porta dos carros, era usada como uma espécie de porta de serviço para o abastecimento dos edifícios. Quando havia portaria dos carros, “era utilizada, também, como espaço específico destinado ao serviço de atendimento aos pobres, que principiava pela assistência material através de géneros alimentícios” (MARTINS, 1994, p. 885). Outros dois espaços indissociáveis são o refeitório e a casa do lavatório. Antes da refeição seria forçosa a higienização, pelo que a casa do lavatório “situava-se no espaço que antecedia imediatamente o refeitório.(...) O carácter funcional deste espaço determinava a sua estrutura arquitectónica, composta essencialmente por uma ampla sala abobadada, que incluía, como ponto fulcral, uma fonte para as abluções dos religiosos, antes de entrarem para a sala do refeitório” (MARTINS, 1994, p. 917).

Subindo as escadas que dão acesso ao primeiro piso e passando para o exterior do edifício, encontramos uma série de dependências ainda relacionadas com as funções domésticas da comunidade: a “Caza de Despejos”⁵, “Palheiro”, “Casa de lenha” e “Cavallarices” [Fig. 11].

⁵Pela análise que Fausto Sanches Martins faz da articulação espacial das primeiras fundações jesuítas, normalmente a casa do despejo servia directamente a cozinha, sendo uma peça indispensável no sector da preparação de alimentos, “porque sem ela não há nele limpeza, decência e quietação” (1994, p. 919).

O restante piso organiza-se em torno da igreja de nave única com seis capelas laterais e capela-mor ladeada por duas colaterais. Dispostos paralelamente à igreja, dois corredores separam e distribuem os restantes espaços, com acessos independentes ao exterior, através da fachada principal. Do lado do Evangelho, e apesar de se encontrar arruinada pelo terramoto, teríamos a zona da portaria, local onde se marcaria a transição entre o espaço regular e o laico, recebendo os convidados. Nas fundações do primeiro século da CJ, são descritas portarias espacialmente complexas, locais onde se recebiam os visitantes, para após aprovação do superior, serem encaminhados para pequenos locutórios onde aguardariam o seu interlocutor. Em seguida encontramos três espaços direccionados para o apoio ao culto: a "Sanchristia da Capella dos Passos", a "Caza de fazer Hostias" e a "Sanchristia". Do lado da Epístola, encontramos a "Segunda Sanchristia" e três salas destinadas ao ensino: "Classe da Primeira", "Classe da Segunda" e "Classe de Moral". A circulação neste corredor só permite o acesso à zona escolar e à zona de culto, não havendo qualquer ligação física à zona da comunidade.

O acesso ao segundo piso [Fig. 12] é feito através de duas escadas, uma interior e outra exterior (que como veremos adiante parecem ser resultantes de alterações pós-terramoto). Neste piso encontramos a zona privada da comunidade. José Carlos Mardel chama "Sellas" aos quartos dos padres, mas a terminologia jesuíta determina que se chame "cubículos". Os cubículos são dispostos de forma simétrica nas duas alas (Evangelho e Epístola), excepcionando-se a ocupação de um desses espaços (do lado da Epístola) para a integração da "Livreria". É colocado um cubículo por cima da capela colateral, também do lado da Epístola, servido por uma tribuna. Este espaço poderia ser destinado a padres que se encontrassem doentes, ou que se vissem incapacitados para assistir à missa de pé na igreja, no coro ou nas tribunas dispostas ao longo dos corredores dos dormitórios. Poderia também servir de quarto de isolamento ou de prestação de cuidados médicos, uma vez que num complexo destas dimensões, não se justificava existir um espaço exclusivamente destinado a enfermaria com sua capela/oratório e a botica. Ao longo dos corredores distribuem-se as restantes tribunas, dispostas sobre a nave da igreja, e no fim do corredor do lado do evangelho, o acesso ao coro-alto⁶ "que cahio pello terramoto". No mesmo piso, arredado como era comum das restantes divisões (por questões óbvias de salubridade e higiene) e ventilada por janela, encontramos a "Caza das comuas" (retretes).

Existem dois espaços que não conseguimos apurar para que serviriam, por até ao momento não termos encontrado outra situação semelhante noutro colégio jesuíta. Neste piso, existe uma pequena divisão (junto ao vão da capela-mor) descrita como "Caza com sua Cheminé". Parece-nos razoável especular que a sua utilização pudesse estar relacionada com o aquecimento, permitindo aos padres aquecerem-se antes de se recolherem aos seus cubículos, como acontecia por exemplo no convento de Cristo, em Tomar. No entanto trata-se apenas de uma hipótese sem qualquer confirmação documental. A outra situação surge no primeiro piso, entre a capela-mor e a segunda sacristia, num pequeno espaço sem fenestração descrito como "Carcere". Nunca encontramos referências a castigos que envolvessem passar tempo em isolamento nos edifícios jesuítas. Ainda menos nos parece possível, por se tratar de um espaço sem ventilação e portanto completamente desadequado para a permanência humana, contrariando os princípios de salubridade e higiene exigidos por Inácio de Loyola para os seus seguidores. Seria este cárcere uma espécie de cofre, de caixa forte do edifício?

Desconhecemos detalhes do projecto, da construção do edifício ou do tempo que a obra terá demorado a ser finalizada. Sabemos que o seu fundador não terá poupado esforços à concretização da sua edificação e não nos surpreende que tenha sido uma obra relativamente célere, construída nas primeiras décadas do século XVII. Acreditamos nesta possibilidade pela distribuição espacial do edifício e por confrontarmos a documentação textual, já recolhida por vários historiadores, com as peças desenhadas encontradas no GEAEM. As plantas revelam uma organização espacial focalizada na igreja, a que se adossam os espaços domésticos residenciais de uma comunidade religiosa de pequena dimensão dedicada à assistência espiritual, como seria natural numa casa professa. Esta tipologia teria um programa pensado em exclusivo para a comunidade, onde se receberiam laicos unicamente na igreja, nos momentos dedicados ao culto.

Não é de estranhar a residência desenvolver-se em torno da igreja e não de um claustro. Contrariamente à maioria das restantes ordens religiosas, os jesuítas não usavam o claustro para o lazer/descanso/reflexão. De resto, é mais usual a utilização da terminologia "pátio" na designação dos

⁶ Contrariando mais uma vez as directivas de Inácio de Loyola.

espaços inacianos, uma vez que a clausura é contraditória aos princípios da CJ. Implantados em perímetros urbanos, muitas vezes densamente urbanizados e sem espaço para o descanso e recreio, era comum os padres adquirirem quintas fora dos perímetros urbanos para descansarem um dia por semana (MARTINS, 2014, p. 37). Casos houve em que mesmo existindo claustro, se sentiu necessidade de criar essas zonas de passeio na própria cerca, como aconteceu no colégio de S. Lourenço, no Porto, em que foi criado um *Ambulachrum* (do latim *ambulare*: andar, caminhar), para que os padres descansassem. Não seria de estranhar portanto que, com uma cerca tão desafogada, a residência jesuíta se desenvolvesse em torno da igreja e não de um pátio.

O que não será tão comum é pensar num colégio jesuíta com funções culturais, residenciais e educativas condensadas num só núcleo. O que é mais usual, à luz do que acontece nas restantes assistências e no primeiro século das fundações inacianas, é haver uma composição tripartida, com claro destaque para a igreja, em que as duas outras zonas se articulam de forma relativamente independente, em torno de pátios (de forma não necessariamente centralizada), garantindo a privacidade da zona residencial face à zona escolar. As plantas em análise mostram uma distribuição espacial mista, concentrando em torno da igreja funções residenciais da comunidade religiosa e funções educativas abertas à comunidade escolar laica. Esta situação é compreensível se considerarmos que estamos perante a estrutura consolidada de uma casa professa, adaptada depois a colégio de pequenas dimensões:

... pouco depois da fundação da Casa já se começara a instruir o clero numa aula de casos de consciência, que estava em exercício com boa frequência desde 1603. Mas no ano de 1615 se transformou finalmente a Casa Professa em Colégio, e no ano de 1616 se abriram, além da lição de teologia moral, escolas de gramática, de retórica e de primeiras letras com afluência numerosa de estudantes. (RODRIGUES, 1938, p. 134)

O século XVIII foi particularmente nefasto para o Algarve no que se refere a desastres naturais e ao seu efeito sobre o património construído. Em Março de 1719 houve um primeiro sismo com epicentro ao largo de Portimão, afectando a vila e as povoações vizinhas. Em 27 de Dezembro de 1722 novo sismo afecta o Algarve, mas numa área mais abrangente, afectando as vilas de Portimão, Albufeira e Loulé, e as cidades de Faro e Tavira. A data de 1 de Novembro de 1755 marcou o culminar desta actividade sísmica. Se em Lisboa os efeitos foram avassaladores, para o Algarve foram naturalmente catastróficos, já que o epicentro estava muito próximo da região. Relativamente ao *tsunami*, a zona de Faro foi poupada, devido à protecção das ilhas que envolvem a Ria Formosa. Relativamente ao colégio, o manuscrito anónimo datado de 1756, intitulado "Relaçam do terramoto do primeiro de Novembro de 1755. Com os efeitos que particularmente cauzou neste reino do Algarve", refere que "caião grande parte da Igreja, e collegio da Companhia" (COSTA, 2015, p. 98). Em 1758, Moreira de Azevedo refere que "em a cidade de Faro, cahiu (...) o collegio dos Padres da Companhia de Jesus (MENDONÇA, 1758, p. 155-156; COSTA, 2015, p. 98). Esses relatos são porém muito vagos, deixando em aberto o grau de destruição e as zonas afectadas. As plantas desenhadas por José Carlos Mardel fazem referência a danos causados pelo terramoto - "Escada que se fez para suprir a principal que também cahiu pello terramoto" -, o que, à vista do exposto nos relatos anteriores, nos permite considerar tratar-se do sismo de 1755. Atendendo a que os desenhos são resultado de um levantamento após a expulsão dos jesuítas, e portanto, com um mínimo de cerca de três anos de diferença entre os dois acontecimentos, devemos considerar que espelham três anos de esforço de reconstrução por parte da CJ⁷, e que a destruição pode ter sido ainda maior do que é representada (a vermelho, fig. 13). Apesar de se demonstrar que houve integração de novas estruturas para colmatar a queda das antigas, como é o caso das escadas (a verde, fig. 14), fica em aberto a sua antiga localização, permitindo-nos especular relativamente à sua localização anterior. O facto de existirem, lateralmente e nos dois pisos superiores, dois espaços "residuais" nas zonas correspondentes ao limite entre a nave e a cabeceira igreja, leva-nos a questionar se não seriam estes os espaços destinados às escadas (a amarelo, fig. 14).

⁷ O padre Caeiro dá-nos conta dos esforços feitos para recuperar os colégios de Portimão e Faro: "Não foi melhor a sorte dos jesuítas do Algarve. Nesse Reino tinham eles dois colégios, em boa parte destruídos com o terramoto de 1755; por isso diminuía o número dos religiosos, a fim de se tornar possível reparar as ruínas".(1999, p. 125)

Por o levantamento se restringir a plantas e não termos localizado alçados ou cortes, persiste a dúvida relativamente à volumetria e aparência das fachadas do edifício no período de ocupação inaciana. Certo é que nas primeiras vistas que se conhecem da cidade de Faro e onde é visível a fachada do colégio [Fig. 15 e 15.1], a leitura do edifício é substancialmente diferente do que é hoje. A fachada principal surge como uma clara projecção da divisão interior. A igreja marca a zona central da fachada, que acompanha o telhado de duas águas da nave da igreja; correspondendo à zona dos corredores e como enquadramento da zona central da fachada, surgem duas torres sineiras; estas articulam a igreja com os dois corpos laterais onde se desenvolvem as restantes actividades do colégio.

Sendo esta gravura mais tardia e não se conhecendo a data da sua representação (apenas da gravação), não podemos afirmar que era este o aspecto da frontaria do edifício jesuíta. No entanto, se continuarmos a seguir o fio condutor da História, encontraremos documentos que nos atestam que à data da expulsão jesuíta existia uma fachada formalmente muito próxima da representada.

Também no mesmo dia 14 de Fevereiro o colégio de Faro foi cercado de soldados. Estes, com o pretexto de manobras militares, foram postos em formatura, e colocados nas vizinhanças do colégio, divididos em vários pelotões. Parte avançou para o muro do Quintal depois de retiradas as escadas; e parte voltou para trás, dando uma volta, e parou junto do edifício. Mas para que as sentinelas, que deviam colocar-se em pontos determinados, conseguissem mais facilmente ir e vir, destruíram parte do muro do quintal que rodeava o colégio de ambos os lados. Feito isto, o desembargador Aguiar, acompanhado por um corpo de oficiais, veio ter com o Reitor. Cumpriu então muito severamente as ordens do Rei, mas nada fez com soberba ou pouca reverência. Mandou que lhe apresentassem os dinheiros, tanto particulares como comunitários. Em círculo, a dez passos à volta do edifício, colocou tendas e nelas postou as sentinelas. Mandou ainda que se estabelecessem dois postos de soldados no edifício pegado ao colégio; e nunca fez entrar nenhuma pessoa armada para dentro do colégio ou da igreja. (...)

Logo que os bens eram arrolados, levavam-nos do colégio para fora; só deixaram o mobiliário sacro, os utensílios necessários para o uso quotidiano e as roupas; tiraram também aos padres o arquivo, a biblioteca e os manuscritos, (...).

Decorridos três meses desde o princípio do bloqueio, o desembargador Aguiar, chamado para Lisboa, entregou o cuidado do colégio ao Juiz António José Araújo. Este, até aos princípios de Setembro, quando os jesuítas do Algarve foram deportados para Évora, comportou-se com toda a amabilidade e a cortesia que pôde. (CAEIRO, 1999, p. 125)

Os bens sequestrados foram inventariados pela Junta da Inconfidência e a documentação relativa ao processo está actualmente à guarda do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Durante os anos seguintes à expulsão, a administração dos bens passou para a responsabilidade do Estado, sendo entregue a homens de confiança de D. José I e de Sebastião José de Carvalho e Melo para o controlo das despesas de manutenção dos imóveis da CJ. É exactamente pela leitura do livro de despesa nº 231 da Junta da Inconfidência que encontramos a prova de que a fachada do colégio de Santiago Maior seria já próxima da representada na gravura apresentada. Neste livro são declarados os valores pagos pelo depositário geral, em várias despesas relativas aos edifícios do extinto colégio. Desde gastos com cera, missas (porque a igreja continuou aberta ao culto e curiosamente a celebrar as datas dos santos da Companhia de Jesus), pagamento de ordenados em atraso aos criados da CJ, ou por obras no colégio, cerca ou em casas que o colégio possuía e ainda arrendava. Destacamos algumas que revelam que o edifício tinha efectivamente (pelo menos uma) torre sineira.

Em 1760 "Despendeo (...) com o gasto que fez o concerto na abobada da torre dos sinos do collegio convém a saber mais de officiais, cal, area tejolo e alguma telha que para o dito fim se comprou cuja obra se fez per mandato do primeiro Desembargador Juiz da Inconfidência (...)"; Em 1761 "Despendeo (...) com

⁸ Arquivo Histórico Tribunal Contas, Junta da Inconfidência. Livro nº231, f. 33.

os pedreyros que deitarão abacho o [?] da torre do Collegio na totalidade a quantia de mil e settenta reis..."⁹; Em 1763 "despendeo (...) com João Baptista official de Pedreiro desta cidade do concerto da obra da Igreja do Colegio dos telhados, frontespicio e torre vinte e oito mil trezentos e oitenta reis em que entram quatro centos e oitenta reis que acreceram do peitoril do sino e senefa da dita torre que de mais se mandou fazer"¹⁰.

Expulsos os jesuítas e regularizadas as contas, em 25 de Junho de 1787, D. Maria I emite uma carta de doação aos religiosos carmelitas descalços, passando para a sua posse o "collegio e a igreja que na cidade de Faro possuiram os ex jesuítas." Fez igualmente "mercê das cazas que pertencião ao dito collegio e são situadas na mesma cidade"¹¹. Podemos assegurar que os Carmelitas utilizaram realmente o edifício, uma vez que encontramos, no Arquivo Histórico Militar, um processo datado de 1823-1824 relativo a "Correspondência entre várias entidades remetendo o requerimento dos habitantes de Faro, pedindo que lhes seja restituído o seu antigo colégio, do qual foram expulsos os carmelitas descalços"¹².

Muito Respeitaveis Senhores do Nobre Senado da Câmara

Os habitantes desta cidade abaixo assinados, movidos pelo sentimento de seu interesse, tanto espiritual como temporal, representam a este Nobre Senado, para que se digne apresentar a sua Magestade a utilidade, e proveito, que resulta aos representantes, de serem restituídos ao Collegio, em que residirão, e de que inconsideravelmente foram expulsos pelo intruso, e ruinoso governo das cortes, os religiosos Carmelitas descalços, graça que instantemente supplicão, e requerem á Innata Piedade de Nosso Amado Soberano, o melhor de todos os Principes do mundo. Os supplicantes por que somente solicitão a referida restituição da Comunidade dos referidos Carmelitas descalços no seu antigo Collegio, pelo unico motivo da sua maior conveniência, não ponderão por ser direito de terceiro a injustiça, que ao mesmo se fez de serem lançados fora do dito collegio violentamente, quando a sua propriedade lhes fora dada pela Augusta Rainha a Senhora Dona Maria Primeira nao occurendo para tão despotico arbitrio das faciosas Cortes couza alguma de consideração, por quanto foi, e sempre (...) e pretexto da necessidade de se construir no mencionado Collegio o Hospital Militar, pois que presistindo elle até então nas casas do largo do Carmo, a onde com comodidade por alguns annos se conservou sem inconveniente podia conservar-se de futuro, e ainda hoje o referido predio offrece huma excelente casa de hospitalidade. (...)

Faro, 27 de Outubro de 1823.

A resposta é dada em 19 de Junho de 1824 por Caetano José da Costa:

Em avizo expedido pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, com data de 28 de Novembro proximo passado, manda Sua Magestade que eu informe sobre as representações incluzas da Câmara, e dos Habitantes da cidade de Faro (...).

Sobre esta pertença cumpreme expor que o sobredito collegio esta servindo de Hospital Regimental de Artilharia Nº2, o qual havia sido em 1817 estabelecido nas cazas de Jozé Francisco Maria Pereira de Lacerda (...). Achando-se estas em considerável ruina, e por isto expostos os doentes ao rigor das Estações, o Comandante do Regimento fez toda a deligencia para o Hospital ser mudado para outro local, e contame, que em 1821 o expedio ordem pela Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda ao Corregedor de Faro, para que os Religiosos Carmelitas Descalços, que estavam occupando o dito Collegio por Mercê da Senhora Rainha D.

⁹ AHTC, Junta da Inconfidência. Livro nº231, f. 43v.

¹⁰ AHTC, Junta da Inconfidência. Livro nº231, f. 71.

¹¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo – Registo Geral das Mercês de D. Maria I, Livro I, f. 314-315.

¹² Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/1/18/032/02.

Maria I de Gloriosa Memoria (havendo antes pertencido aos Padres da Companhia) o despejassem, ficando a elles livre recolherem-se a hum antigo Hospicio que possuem na dita cidade, em o qual viviam antes de passarem para o Collegio; ou onde bem lhes parecesse. (...); que o Collegio, hoje Hospital, fica nos confins da cidade e o hospício está no centro (...); que a actual residencia dos religiosos os não priva de promptamente ministrarem os auxilios espirituais aos habitantes, por estarem no centro da cidade e no seu antigo Hospicio; não havendo em Faro edificio que se possa apropriar a Hospital Regimental de Artilharia Nº2, o que muito se diligenciou quando foi preciso mudalo das citadas cazas.

Apesar da doação régia, os Carmelitas viram-se despojados de um património que era seu por direito, quase que antecipando o que se viria a passar em 1834, ano que marca a expulsão das ordens religiosas. Nesse ano, vêm-se despojados do resto do seu património (incluindo o dito hospício para onde foram forçados a regressar), à semelhança do que aconteceu nas restantes casas religiosas de Faro: o Convento de S. Francisco, o Convento de Santo António e, em 1836, o Convento de Nossa Senhora da Assunção (MARADO, 2006, p. 34). Uma vez que o extinto colégio jesuíta já era também um extinto convento carmelita e ao que tudo indica uma ocupação militar, não entrou no rol das casas religiosas a suprimir. No entanto, e apesar do edificio como residência regular não constar da listagem "Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventariaram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834"¹³, a igreja entrou na listagem em que se definia quais as igrejas a profanar ou a conservar, sendo descrita como igreja do "colégio" e inserida na coluna "igrejas que devem profanar-se"¹⁴.

Conforme enunciado por Catarina Marado, tendo como base o Diário do Governo nº217, de 1 de Setembro, em 1839 o edificio estava entregue à Repartição de Obras Militares e servia de arrecadação (2010, anexo 3.5.a.). O diploma não faz porém qualquer referência à presença de uma ocupação hospitalar militar.

Em 1843 o edificio foi arrematado em hasta pública por Lázaro Doglioni, médico veneziano que comprou o edificio com o objectivo de o transformar num teatro ao estilo do S. Carlos de Lisboa. Assim se fez um novo projecto de readaptação, transformando o edificio em sala de espectáculos.

A antiga igreja foi "habilmente " adaptada a sala de espectáculos: a sua capela-mor foi transformada em átrio, o coro transformou-se em palco, e as capelas laterais e colaterais em camarotes. Hoje o antigo colégio, classificado como Imóvel de Interesse Público, é o emblemático Teatro Lethes, (...). (MARADO, 2006, p. 38-39)

Muitas dúvidas ficam por responder e muitas lacunas históricas por colmatar, mas cremos poder concluir que a análise das transformações do edificio, do que resta do período jesuíta, comparativamente ao que é hoje o teatro Lethes [Fig.16] está agora um pouco mais facilitada, face à presença das plantas assinadas por José Carlos Mardel.

Relativamente à importância que os projectos encontrados à guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar têm para o nosso estudo, é incomensurável, podendo ser usados sob várias formas de análise. Enquadrando-se este ensaio numa investigação maior de doutoramento em Arquitectura, em que se pretende estudar a dimensão urbana da presença do colégio inaciano, a dimensão espacial e de organização do programa específico da tipologia colegial, e a repercussão da organização interna no volume total e pele do edificio, estes projectos dão-nos informações valiosas e até agora desconhecidas relativamente às fundações pouco estudadas dos colégios de Faro, Beja e Gouveia.

¹³ Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146

¹⁴ "Relação dos conventos e casas religiosas extintas situadas no sobredito Distrito, com declaração das igrejas respectivas que devem ser conservadas ou profanadas". Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, José Paulo; MATEUS, Frutuoso Pires. *O Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar*.
Cidadania e Defesa - Boletim informativo. Nº 47, Janeiro-Feveireiro 2013.
- CAEIRO, José. *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (sec. XVIII)*. Volume III. Lisboa. 1999.
- COSTA, Alexandre. *1755 terramoto no Algarve*. Faro. 2005
- LANDMANN, George. *Historical, military, and picturesque observations on Portugal*. London. 1818
- MARADO, Catarina. *O destino dos espaços conventuais da cidade*. Monumentos, n 24. 2006. p.32-41.
- MARADO, Catarina. *Patrimonio conventual y periferia [Recurso electrónico] : la salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Dissertação de doutoramento em Arquitectura. Universidade de Sevilha. 2010
- MARTINS, Fausto. *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759, Cronologia, Artistas, Espaços*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1994.
- MARTINS, Fausto. *Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Arte, Culto, Vida Quotidiana*. Porto. 2014.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena. *O Teatro Lethes: Breve Apontamento Histórico*. Faro.1988
- PAULA, Rui; PAULA, Frederico. *Faro: Evolução Urbana e Património*. Faro. 1993
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Tomo segundo. Vol. I.
Porto, Livraria Apostolado da Imprensa. 1938.
- VITERBO, Sousa. *Carlos Mardel. Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes.1907-1908*. Lisboa, Typographia do Commercio, 1908.

IMAGENS

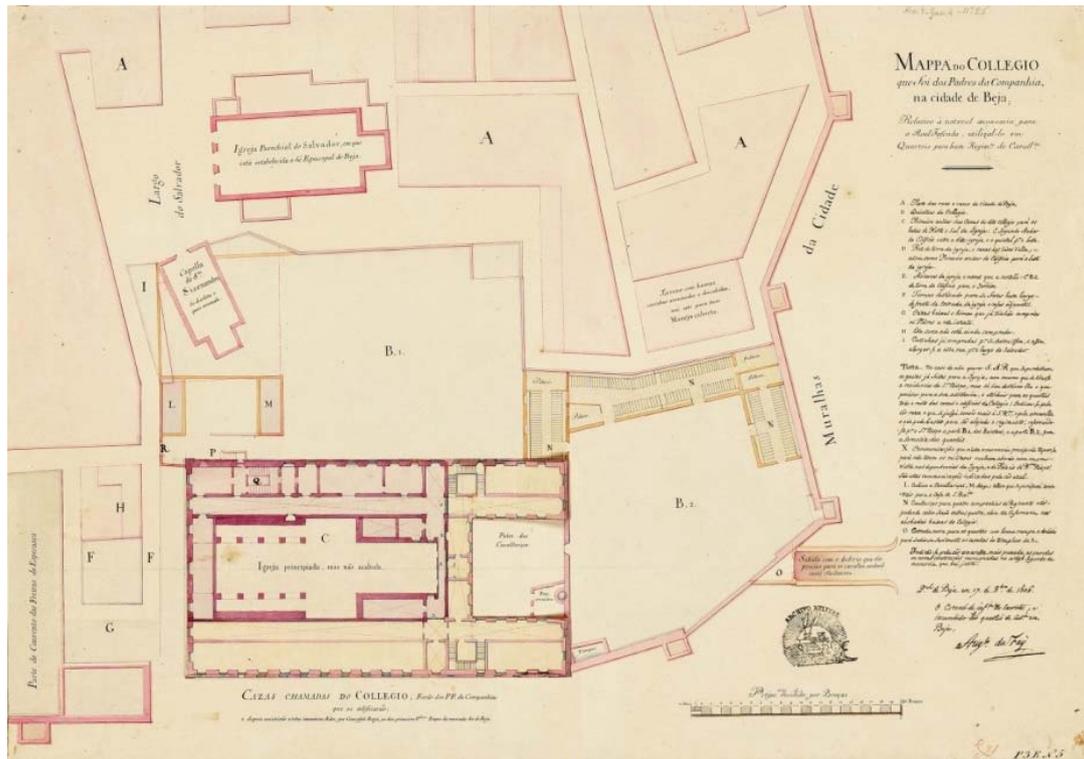


Fig. 1. "Mappa do Collegio que foi dos Padres da Companhia, na cidade de Beja : relativo à notavel economia para a Real Fasenda, utilizado em quartéis para hum Regim.to de Cavall.ia". (desdobrável a). GEDEM/DI.

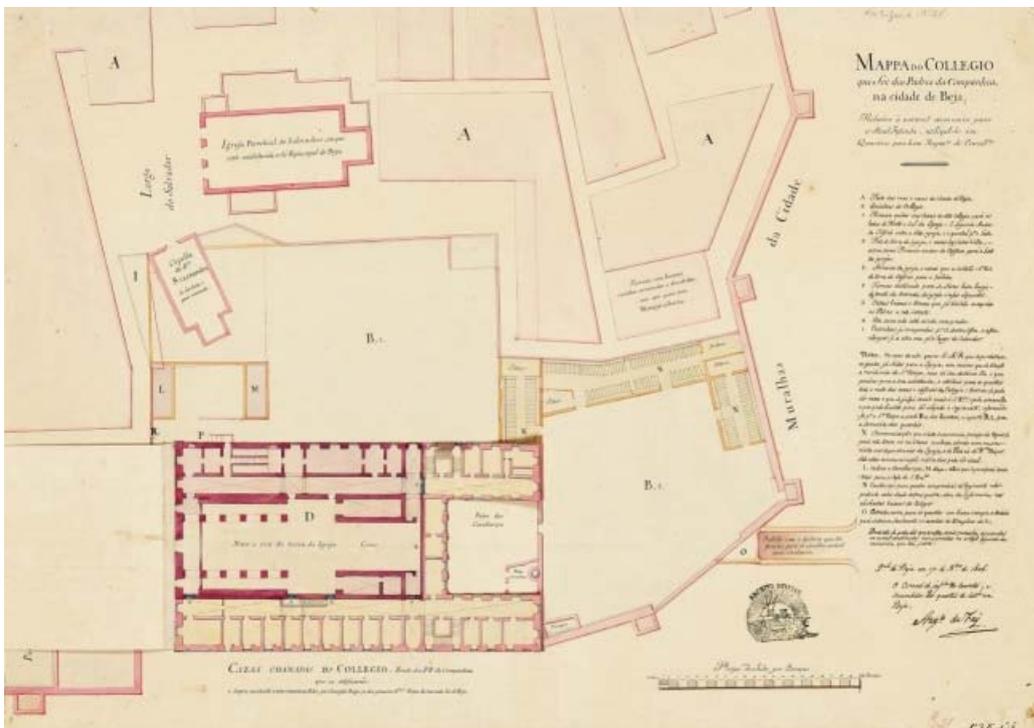


Fig. 2 - "Mappa do Collegio que foi dos Padres da Companhia, na cidade de Beja : relativo à notavel economia para a Real Fasenda, utilizado em quartéis para hum Regim.to de Cavall.ia". (desdobrável b). GEDEM/DI.

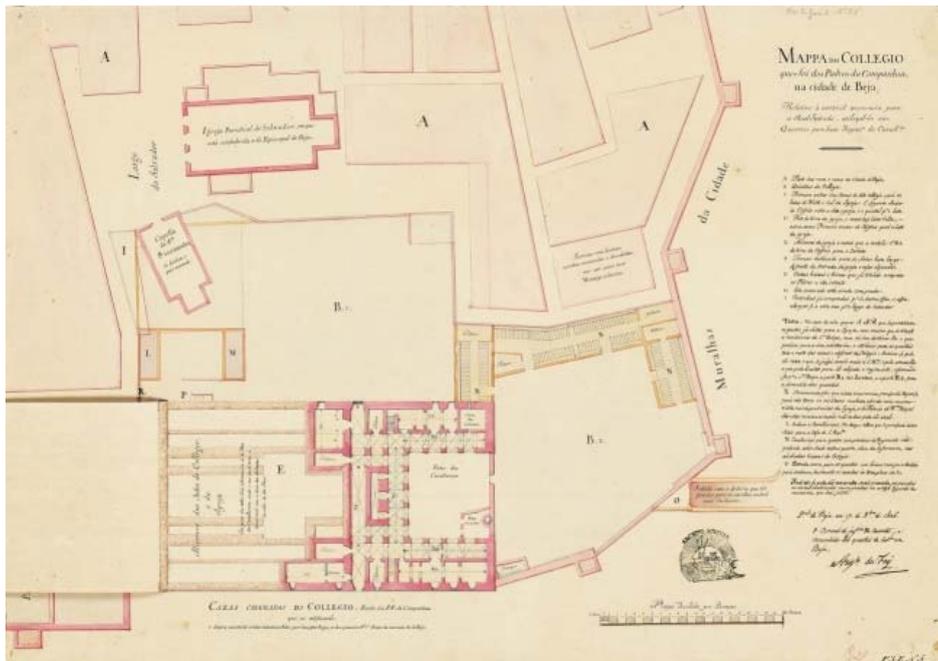


Fig. 3. - Mappa do Collegio que foi dos Padres da Companhia, na cidade de Beja : relativo à notavel economia para a Real Fazienda, utilizado em quartéis para hum Regim.to de Cavall.ia". (desdobrável c). GEAM/DI.

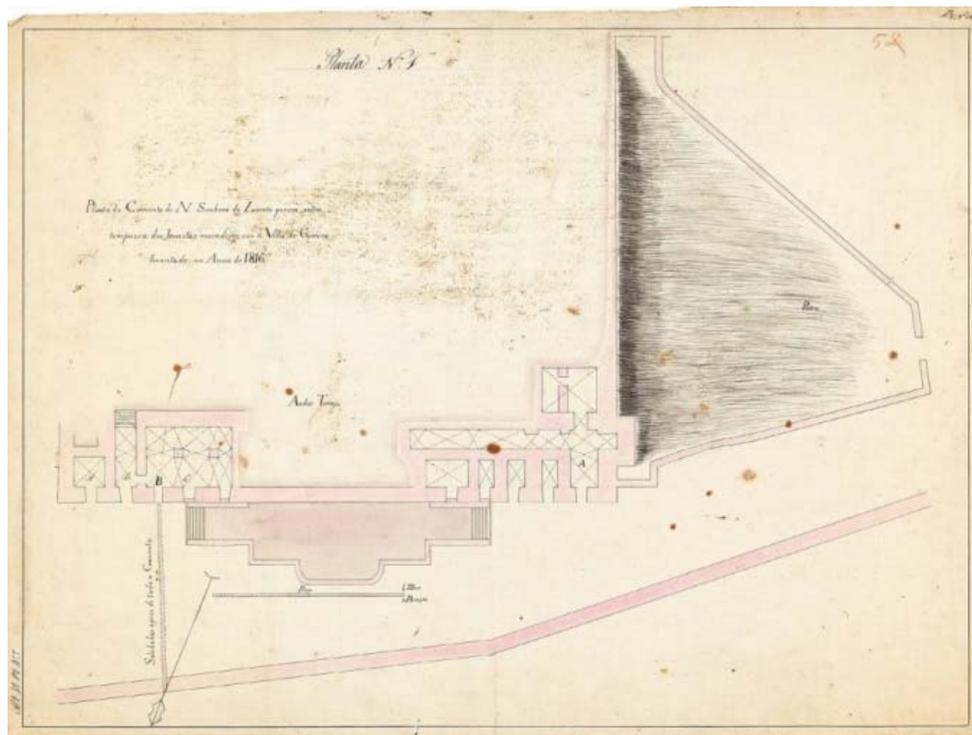


Fig. 4. - "Planta do Convento de N. Senhora do Loreto, que em outro tempo era dos Jesuítas moradores em a villa de Gouvea, levantada no anno de 1816 : planta nº 1, andar tercio". GEAM/DI.

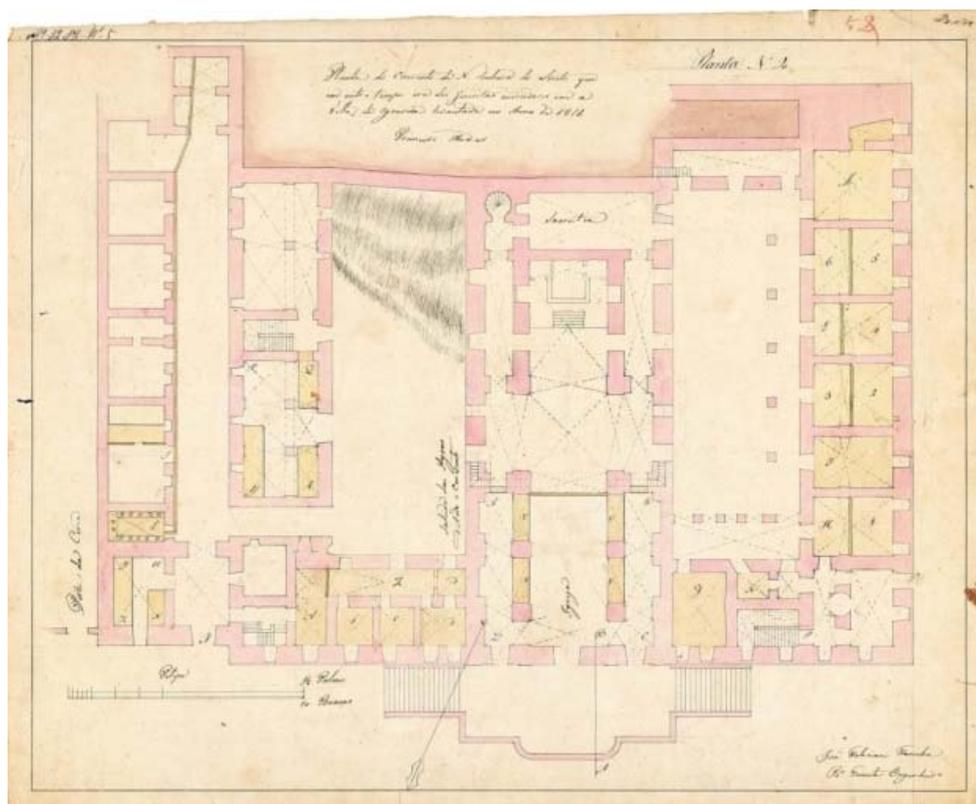


Fig. 5. - "Planta do Convento de N. Senhora do Loreto, que em outro tempo era dos Jesuítas moradores em a villa de Gouvêa, levantada no anno de 1816 : primeiro andar, planta nº 2". GEAM/DI.

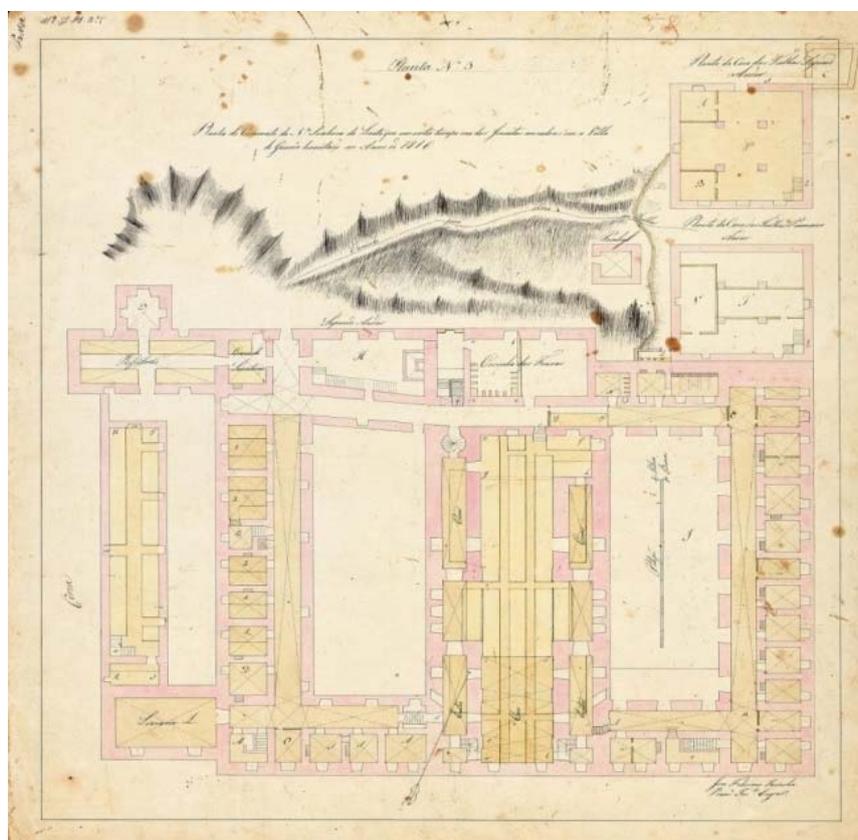


Fig. 6. - Planta do Convento de N. Senhora do Loreto, que em outro tempo era dos Jesuítas moradores em a villa de Gouvêa, levantada no anno de 1816: planta nº 3". GEAM/DI.

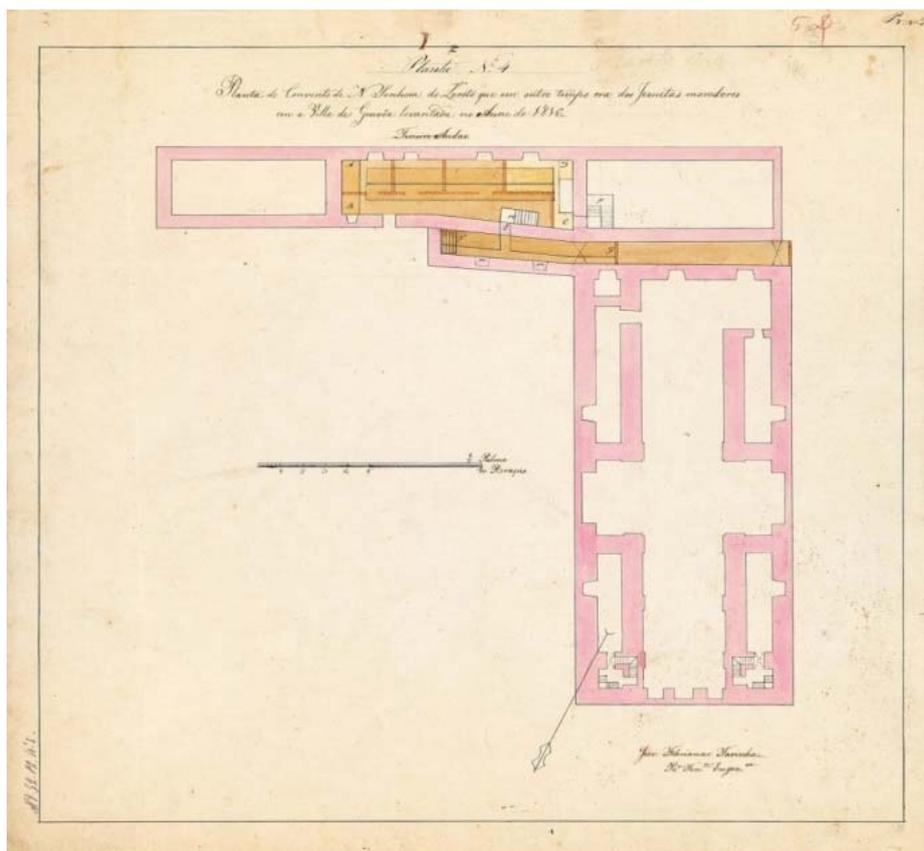


Fig. 7 - Planta do Convento de N. Senhora do Loreto, que em outro tempo era dos Jesuitas moradores em a villa de Gouvêa, levantada no anno de 1816 : terceiro andar: Planta nº4". GEAEM/DI.

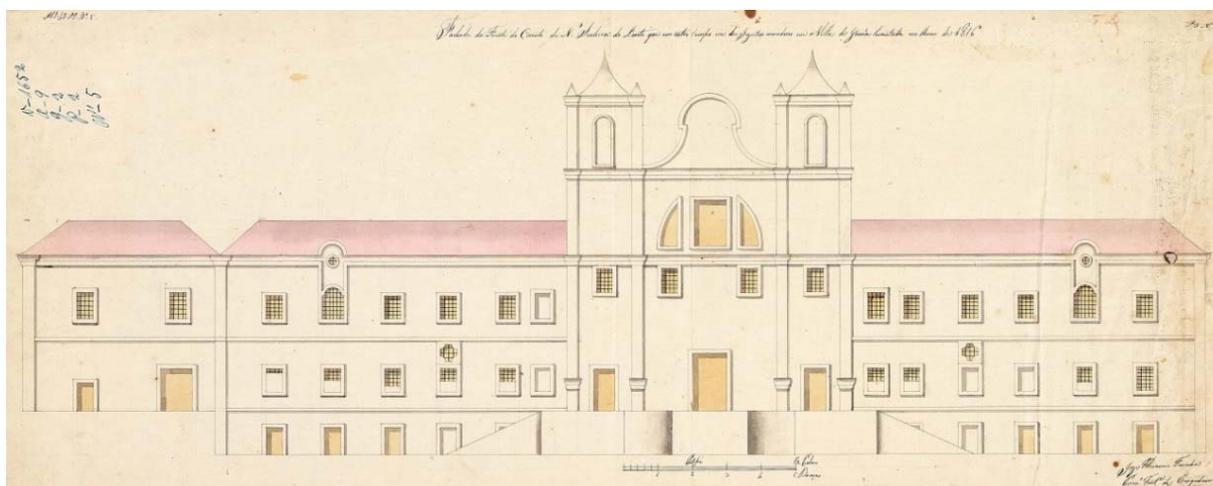


Fig. 8. "Fachada da frente do Convento de N. Senhora do Loreto, que em outro tempo era dos Jesuitas moradores em a villa de Gouvêa, levantada no anno de 1816". GEAEM/DI.

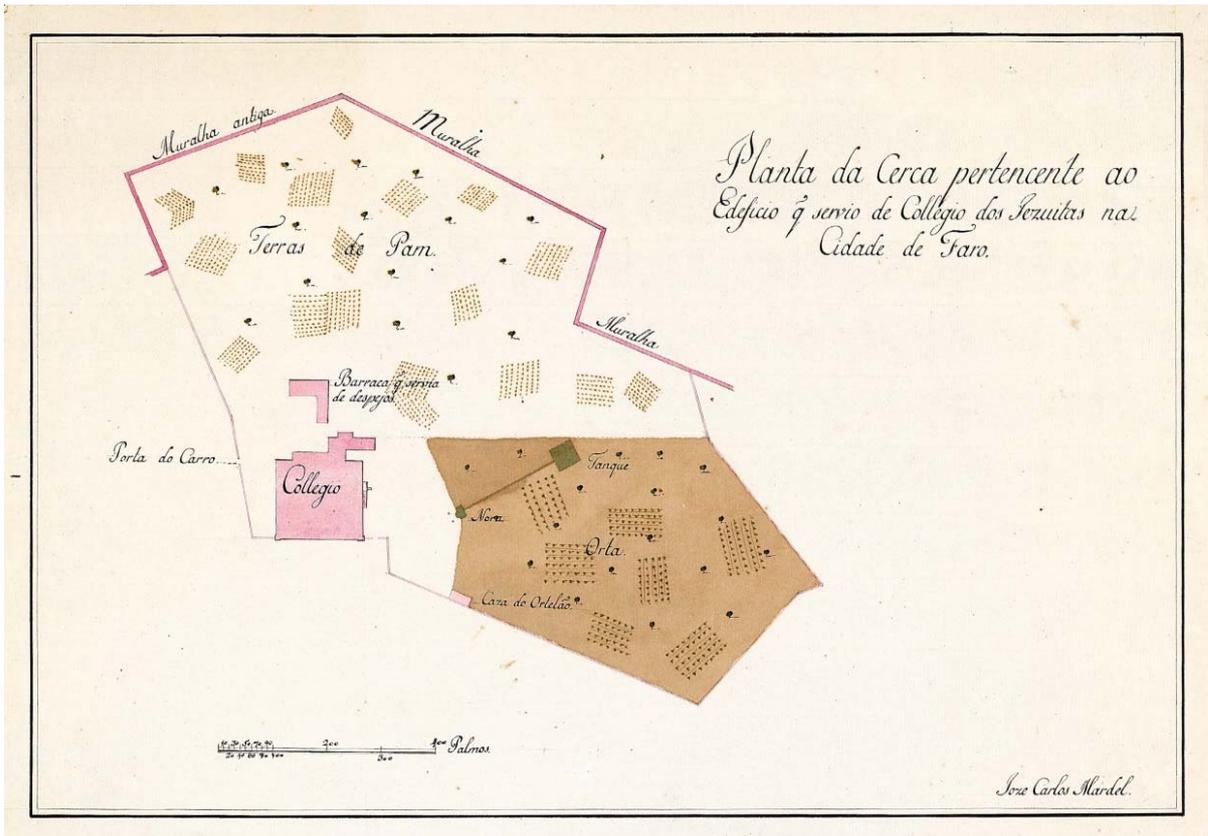


Fig. 9. "Planta da cerca pertencente ao edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro". GEAM/DI.

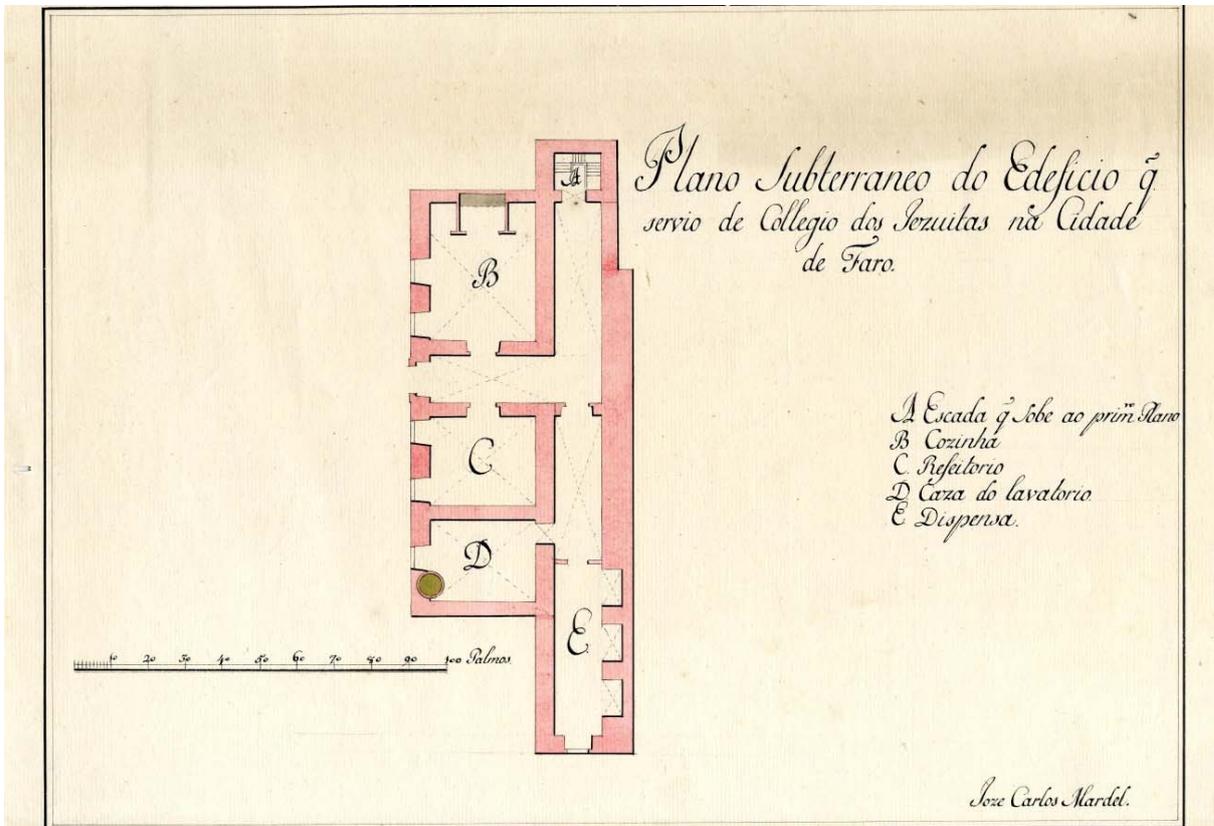


Fig.10. "Plano subterraneo do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro". GEAM/DI.

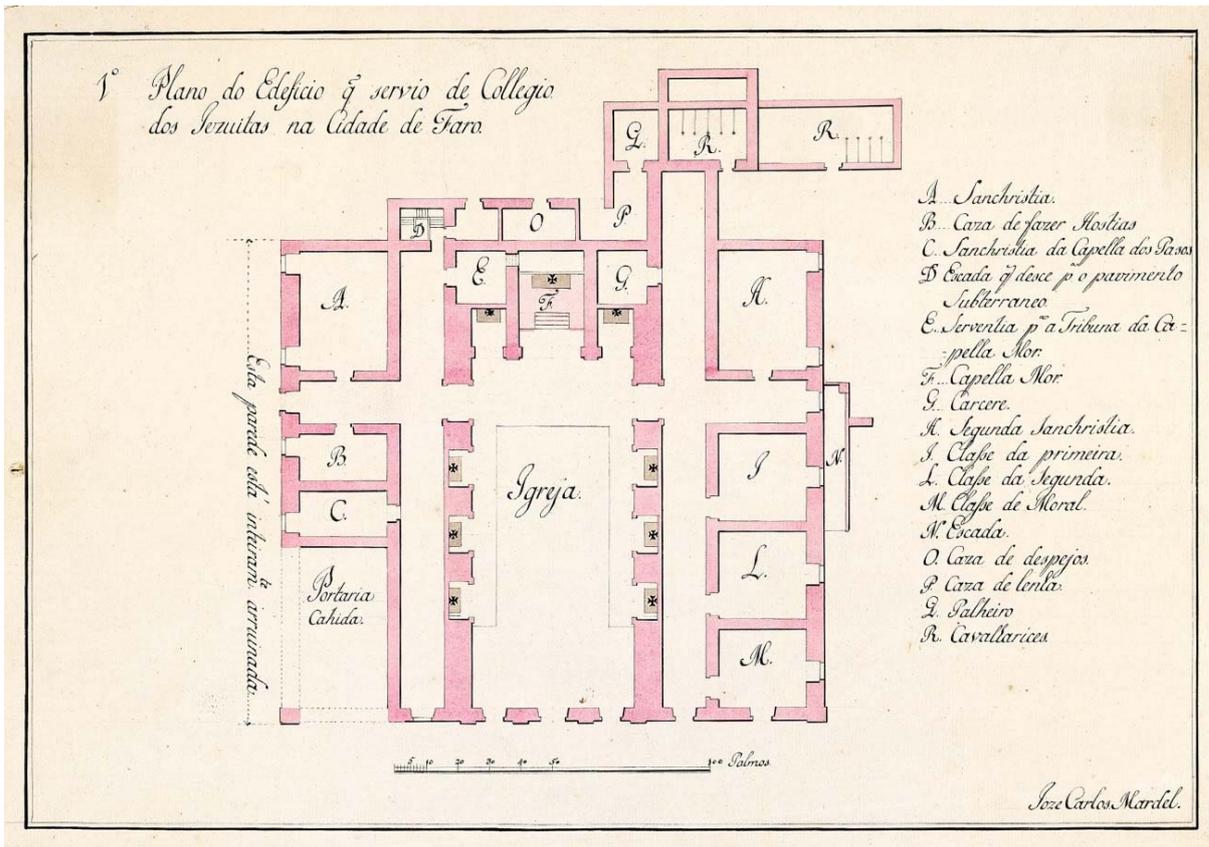


Fig. 11. "1º Plano do edificio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro". GEAM/DI.

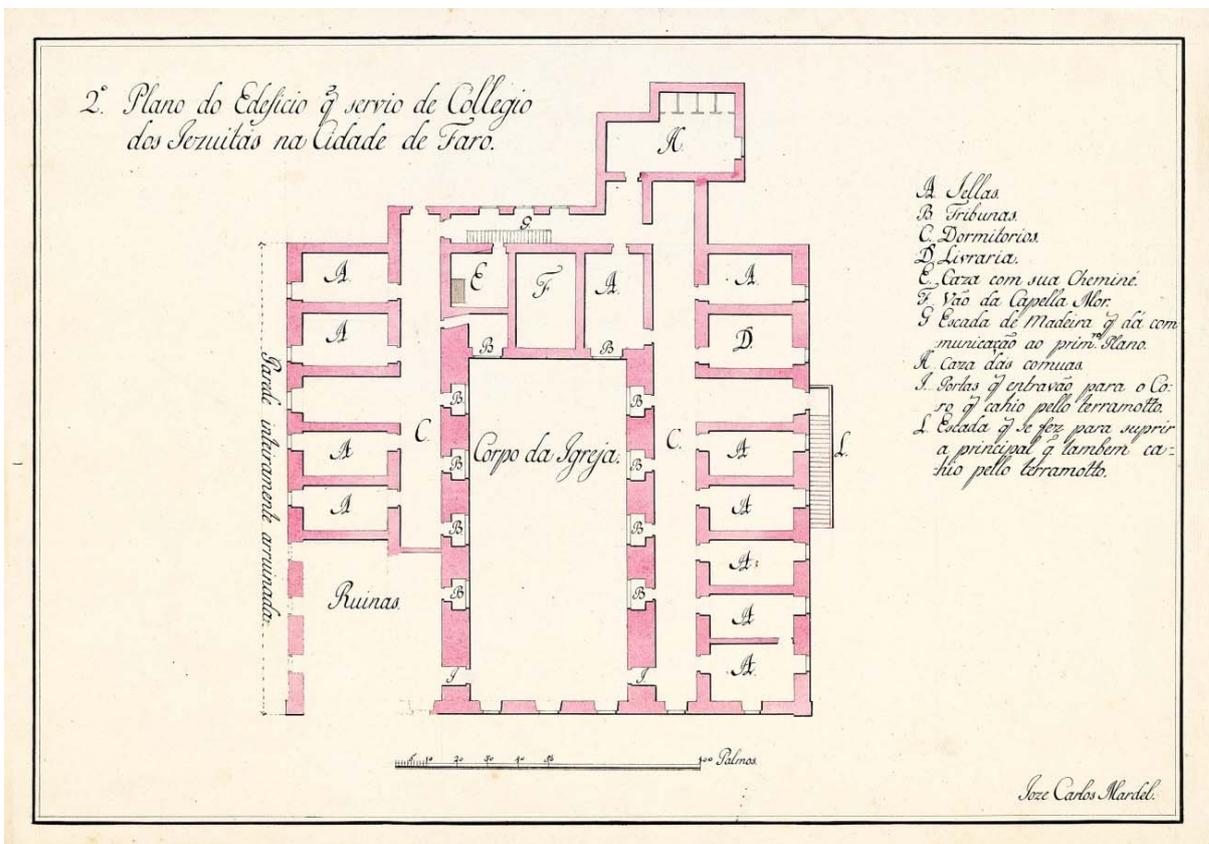


Fig. 12. "2º Plano do edificio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro". GEAM/DI.

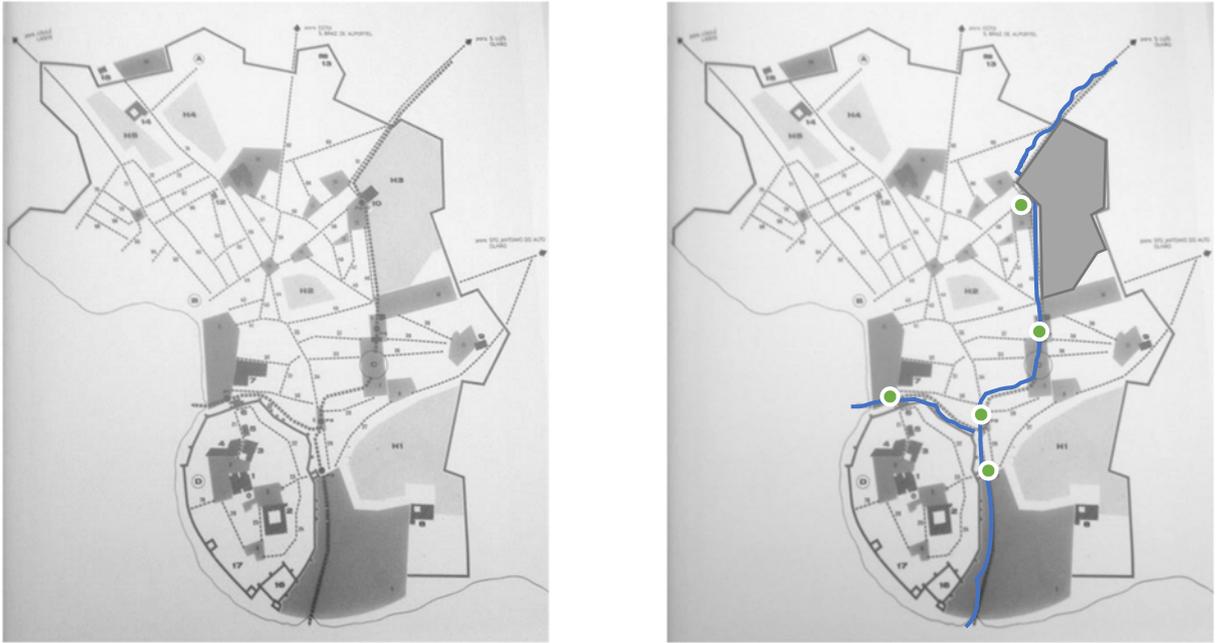


Fig. 13. "Faro no Sec. XVII". Retirado da obra "Faro, evolução urbana e património". 1993. À direita a mesma imagem, com realce: a verde – a cerca do colégio; a azul – o "canal"; a laranja – as pontes.

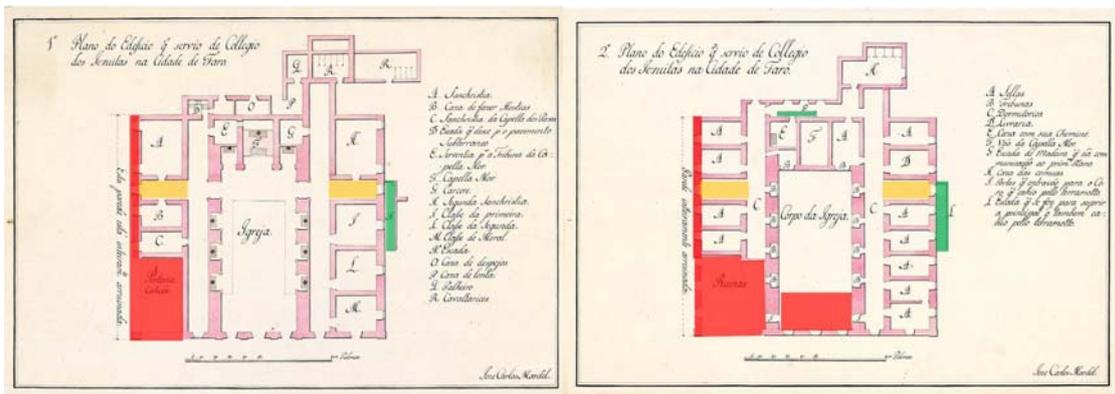


Fig. 14. Esquematisação das zonas afectadas pelo terramoto (a vermelho); elementos possivelmente construídos como resposta ao terramoto (verde); e zonas de hipotética localização das escadas (amarelo).



Fig. 15. "Faro, the capital of Algarve". Gravura publicada em 1813, retirada da obra *Historical, military, and picturesque observations on Portugal*.



Fig. 15.1. Pormenor da gravura "Faro, the capital of Algarve", mostrando a fachada do extinto colégio de Santiago Maior.



Fig16. Teatro Lethes, antigo colégio de Santiago Maior. Fotografia da autora. Setembro 2015.

